

CONCURSO PÚBLICO DE MARINGÁ - PARANÁ

Edital 019/2010/SEADM – DATA DA PROVA: 25/04/2010

PERÍODO DE PROVA: MANHÃ



FAUEL

Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina

CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL
CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL

LEIA ESTAS INSTRUÇÕES:

- 1 Identifique-se na parte inferior desta capa;
- 2 Você dispõe de quatro horas para responder todas as questões e preencher o Cartão Resposta;
- 3 Utilize caneta esferográfica azul ou preta;
- 4 O candidato só poderá se retirar da sala, após 1 (uma) hora do início das provas;
- 5 Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas uma opção de resposta correta;
- 6 Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas que possam dificultar a leitura. Detectado algum problema, comunique imediatamente ao fiscal;
- 7 Utilize o caderno de prova como rascunho se necessário, mas deverá assinalar o Cartão Resposta que acompanha a prova;
- 8 Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura;
- 9 Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta;
- 10 Este caderno contém, trinta questões de múltipla escolha;
- 11 Antes de retirar-se definitivamente da sala, devolva ao fiscal o Caderno e o Cartão Resposta;
- 12 Assine o cartão resposta no verso.

Identificação do candidato	
Nome (em letra de forma)	Nº da inscrição

Boa Prova!

Fantasia e Realidade

Na verdade, eu queria ser atriz por causa do Edson Celulari. Não é de hoje que sou vidrada nele. Desde os tempos daquele filme Inocência, em que ele era apaixonado pela Fernanda Torres. Morri de inveja dela. Várias vezes. Primeiro, no cinema. Depois, de vez em quando, na televisão. (Por que será que a tevê repete tanto os filmes?).

Em Inocência, ele parece um médico de verdade. Nada, que besteira. Muito mais. Médico só cura os males do corpo. Ele, com aquele olhar (o olhar dele também já me disse muitas coisas), cura principalmente os males da alma. E quando está andando a cavalo? Vontade de pular na garupa, ficar agarradinha nele e sumir no mundo. Galopando.

Quando ele aparece na capa de alguma revista, compro na hora. Deixo perto da minha cama, página marcada. Último olhar antes de dormir.

Uma vez, errei a página. Ano passado, agosto, acho. Reportagem grande sobre Aids.

Um casal de enfermeiros havia se contaminado com agulhas de injeção, no hospital. Aliás, só a mulher era enfermeira. Cuidava dos pacientes aidéticos e havia se contaminado enquanto _____ as seringas. Na hora do amor, contaminou o marido.

A revista mostrava o casal com dois filhos pequenos. Casal condenado, filhos o quê? Marcados?

Fiquei sofrendo até a madrugada. A mulher teve de deixar o emprego, o marido também. Salário curto, perspectivas anuladas, o _____ aumentou com a _____ aos filhos, na escola. Ameaça precisando ser eliminada. A mulher, numa última cartada, foi à tevê. Falou, falou. Contou, contou. Chorou.

No dia seguinte, quando tomou o ônibus com os dois filhos foi reconhecida. O poder da televisão. Uma a uma, as pessoas saudáveis deixaram o ônibus. Ela, condenada, sobrou com o motorista e dois filhos. Filhos o quê?

Naquela noite, aquela revista me roubou o sono. Busquei, nas páginas seguintes, a companhia do olhar azul do Edson Celulari. Continuei sozinha. O olho dele tava cinzento, sombrio.

(Vivina de Assis Viana – Suzana com Z – in: Quem conta um conto 2, São Paulo, Atual, 1989)

01 - Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto:

- a) esterilizava // desespero // perseguição.
- b) esterelizava // dezespero// persiguição.
- c) esterilizava // dizispero // perseguição.
- d) esterelisava // dezespero// persiguição.

02 - Assinale alternativa em que apresenta a forma correta do plural das palavras terminadas em ão:

- a) televisão – televisões // cidadão – cidadãos.
- b) injeção – injeções // televisão – televisões.
- c) cristão – cristões // pão – pães.
- d) cidadão – cidadãos // injeção – injeções.

03 - Analise as afirmativas:

I – Paroxítonas como “inocência”, “salário” são acentuadas porque terminam em ditongo.

II – As palavras “última”, “ônibus” e “páginas” são proparoxítonas.

III – As palavras “tevê”, “aliás” e “até” obedecem a mesma regra de acentuação.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas
- b) II e III apenas
- c) I e III apenas
- d) I – II e III

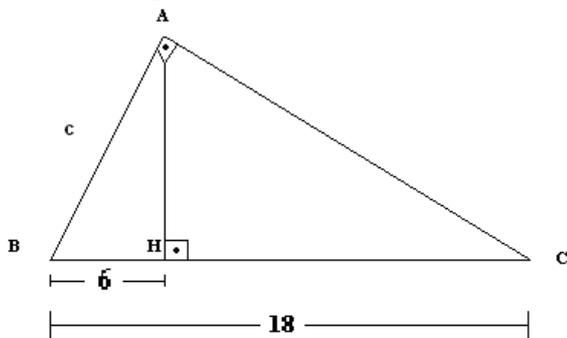
04 - O termo grifado está substituído pelo pronome correspondente de modo incorreto somente na alternativa:

- a) quando tomou o ônibus; – quando o tomou.
- b) teve de deixar o emprego; – teve de deixá-lo.
- c) deixaram a mulher no ônibus; – lhe deixaram no ônibus.
- d) ameaça precisando ser eliminada. – precisando sê-la eliminada.

05 - Em “o olhar dele também já me disse muitas coisas”. Os parênteses foram empregados no texto para:

- a) indicar um comentário do que se afirma.
- b) expressar emoção.
- c) indicar a interrupção de idéias que o autor começou a exprimir.
- d) realçar ironicamente o que se afirmou no texto.

06 - No triângulo ABC, as medidas indicadas estão em centímetros. Determine o valor de c:



- a) $3\sqrt{3}$ cm
- b) $6\sqrt{3}$ cm
- c) $\sqrt{3}$ cm
- d) Nenhuma das alternativas anteriores

07 - Um investidor aplicou R\$15000,00 a taxa de 30% ao ano. Qual será o juro obtido ao fim de 80 dias, sob o regime de juro simples? Dado: ano 365 dias

- a) R\$ 748,50
- b) R\$ 854,40
- c) R\$ 986,30
- d) Nenhuma das alternativas anteriores

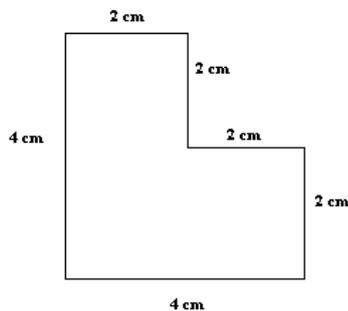
08 - Num triângulo ABC, dois lados medem 10 cm e 6 cm e formam entre si um ângulo de 60°. Calcule a área do triângulo ABC:

- a) $\frac{15}{2}\sqrt{3}$ cm²
- b) $15\sqrt{3}$ cm²
- c) $30\sqrt{3}$ cm²
- d) Nenhuma das alternativas anteriores

09 - A hipotenusa de um triângulo retângulo tem 25 cm. Determine as medidas dos catetos desse triângulo, sabendo que um deles mede 5 cm mais que o outro:

- a) 15 cm e 20 cm
- b) 20 cm e 25 cm
- c) 10 cm e 15 cm
- d) Nenhuma das alternativas anteriores

10 - A figura mostra, em escala, o formato de um terreno. Pela escala usada, cada 1cm no desenho equivale a 10m no real. Qual é o perímetro desse terreno?



- a) 16 m
- b) 0,16 m
- c) 160,16 m
- d) Nenhuma das alternativas anteriores

11 - Segundo a Constituição Federal, os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis:

- a) Apenas aos brasileiros natos.
- b) Apenas aos brasileiros naturalizados.
- c) Aos brasileiros e estrangeiros, na forma da lei.
- d) Apenas estrangeiros.

12 - Segundo a Lei Complementar nº 239/1998, os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, serão criados exclusivamente para as seguintes atividades, exceto:

- a) Secretarias municipais e/ou equivalentes.
- b) Diretorias de órgão e/ou equivalentes.
- c) Assistência de Gabinete.
- d) Supervisão obras e transportes do Município.

13 - Sobre a função gratificada prevista na Lei Complementar nº 239/1998, assinale a INCORRETA:

- a) A função gratificada será instituída para atender encargos de direção, chefia, assessoramento e assistência técnicos, secretariado e outros similares.
- b) Um mesmo servidor por ter função gratificada e exercer cargo de provimento em comissão.
- c) Somente os funcionários integrantes do quadro efetivo do Poder Executivo e Legislativo serão designados para exercer função gratificada.
- d) A criação de função gratificada dependerá da existência de dotação orçamentária para atender as despesas.

14 - Considerando as determinações da Lei Complementar nº 348/2000, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na avaliação de desempenho, entre outros fatores, será observada a assiduidade do servidor.
- b) Na avaliação de desempenho será observada apenas a disciplina do servidor.
- c) Na avaliação de desempenho será observada apenas a responsabilidade do servidor.
- d) Na avaliação de desempenho apenas será observada a capacidade de iniciativa do servidor.

15 - Assinale a alternativa CORRETA sobre a fiscalização do Município:

- a) Segundo a Constituição Federal, a fiscalização do Município é exercida pelos Poderes Judiciário e Legislativo, mediante controle externo, através de visitas quinzenais de representantes de tais poderes e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
- b) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de metade (50%) dos membros da Câmara Municipal.
- c) A criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais é atualmente vedada pela Constituição Federal.
- d) Anualmente, as contas dos Municípios, ficarão pelo prazo de 90 dias à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, que poderá questionar judicialmente sua legitimidade.

16 - Segundo a Constituição Federal cada Município será regido por lei orgânica. Referida lei apenas poderá ser promulgada:

- a) se tiver sido votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado.
- b) se tiver sido votada em um único turno e aprovada por metade dos membros da Câmara Municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado.
- c) se tiver sido votada em dois turnos, com interstício mínimo de 20 dias e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado.
- d) se tiver sido votada em um único turno, referendada por 50% da população do Municípios e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado.

17 - Sobre a acumulação remunerada de cargos públicos, segundo a Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Quando houver compatibilidade de horários e for obedecido o teto máximo fixado pela Constituição Federal é possível a acumulação remunerada de cargos públicos.
- b) A acumulação pode ser feita, entre outros casos, quando se tratar de dois cargos de professor ou de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- c) Em nenhuma hipótese será admitida a acumulação de cargos públicos.
- d) A proibição de acumular cargos, quando não atendidos os requisitos dispostos na Constituição Federal, estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

18 - Assinale a alternativa INCORRETA sobre tributação e orçamento, segundo a Constituição Federal:

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir impostos; taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição e contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.
- b) As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- c) Cabe à Lei Complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- d) A União, os Estados e os Municípios, em qualquer situação, podem cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

19 - Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal é possível ao Poder ou órgão alienar um bem, móvel ou imóvel, e utilizar os recursos obtidos no pagamento do funcionalismo público:

- a) É possível, desde que a venda dos bens e a utilização dos recursos sejam objeto da lei orçamentária.
- b) É possível desde que a venda seja feita através de licitação e a utilização dos recursos seja fiscalizada pelo Poder Legislativo.
- c) Não é possível em nenhuma hipótese a venda de bens para pagamento do funcionalismo público.
- d) Não é possível, pois a Lei de Responsabilidade Fiscal veda a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e de direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente. A receita daí resultante somente poderá ser utilizada em despesas de capital. A única exceção é a possibilidade de destinação desses recursos, por meio de lei, para constituir regimes próprios de previdência social, geral e própria dos servidores públicos.

20 - É causa de nulidade do ato jurídico, exceto:

- a) Ser celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- b) Ser celebrado por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
- c) Ser celebrado sem revestir a forma prescrita em lei.
- d) Ser celebrado com fundamento em motivo ilícito, comum a ambas as partes.

21 - Sobre a interrupção da prescrição, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.
- b) A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados.
- c) A interrupção por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.
- d) A interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.

22 - Sobre os contratos de direito civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No contrato de empreitada, o empreiteiro de uma obra pode contribuir para ela, só com seu trabalho ou com ele e os materiais.
- b) Se o empreiteiro só forneceu mão de obra, todos os riscos em que não tiver culpa correrão por conta do dono da obra.
- c) Opera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses. A procuração é o instrumento do mandato.
- d) O substabelecimento de mandato que se deu por instrumento público apenas deve ocorrer mediante o mesmo tipo de instrumento, ou seja, público.

23 - Considerando as disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A maior parte da doutrina e o próprio Código de Processo Civil apontam como elementos identificadores da ação, as partes, o pedido e a causa de pedir.
- b) Os elementos identificadores da ação são apenas as partes e a causa de pedir.
- c) O pedido como elemento da ação é classificado em mediato, que diz respeito a natureza processual da ação e imediato, que está vinculado ao direito material subjacente à pretensão.
- d) A causa de pedir próxima diz respeito, na generalidade dos casos, aos fatos que ensejaram a pretensão posta em juízo e a causa de pedir remota diz respeito a fundamentação jurídica utilizada pelo autor para fundamentar sua pretensão.

24 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A maioria da doutrina estabelece como condições da ação: o interesse processual, a legitimidade das partes e a possibilidade jurídica do pedido.
- b) A inépcia da inicial é causa de indeferimento da petição inicial.
- c) A falta do pedido ou da causa de pedir não gera a declaração de inépcia da inicial.
- d) O autor prejudicado pelo indeferimento da inicial pode apelar, facultado ao juiz, no prazo de 05 dias, reformar sua decisão.

25 - Sobre coisa julgada, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A coisa julgada, segundo a doutrina, pode ser formal ou material.
- b) Toda sentença é apta a produzir coisa julgada material.
- c) A coisa julgada material torna imutável o que foi decidido para além dos limites do processo em se produziu, ou seja, quando sobre determinada decisão judicial passa a pesar autoridade de coisa julgada, não se pode mais discutir sobre aquilo que foi decidido em nenhum outro processo.
- d) A coisa julgada formal torna indiscutível a decisão no processo em foi produzida, ou seja, a indiscutibilidade da coisa julgada formal se limite àquele processo em que a decisão foi proferida.

26 - Considerando as disposições do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A constituição do crédito tributário se dá pelo lançamento.
- b) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo em nenhuma hipótese poderá ser alterado ou modificado.

- c) O lançamento é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- d) A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

27 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A isenção e a anistia excluem o crédito tributário.
- b) A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.
- c) A isenção depois de concedida não pode ser revogada ou modificada.
- d) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

28 - Sobre serviços públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A permissão de serviço público, nos termos da legislação federal, deverá ser formalizada mediante termo de permissão ou termo de compromisso.
- b) O contrato de concessão é ajuste de direito administrativo, bilateral, oneroso e comutativo, mas não possui caráter *intuitu personae*.
- c) Denomina-se encampação a retomada do serviço concedido pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público.
- d) O serviço público concedido deve ser remunerado mediante imposto.

29 - Sobre bens públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Uma rua localizada na cidade de Maringá (PR) constitui um bem público municipal, de uso especial.
- b) São considerados bens de uso especial os edifícios públicos onde se situam repartições públicas.
- c) Os bens de uso comum do povo caracterizam-se por serem bens disponíveis.
- d) Os bens públicos de uso especial são aqueles utilizados por todos, sem necessidade de autorização ou consentimento.

30 - Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia. Esta definição se refere mais especificamente a qual princípio abaixo descrito:

- a) Princípio da imodificabilidade ou inalterabilidade das condições de trabalho.
- b) Princípio da norma mais favorável ao trabalhador.
- c) Princípio da primazia da realidade.
- d) Princípio protetor ou tutelar.